



Perfil do trabalho decente no Brasil: Um olhar sobre as unidades da Federação

Relatório da Oficina

Brasília/DF, Brasil, 21 de Maio de 2012



Este documento foi elaborado com o apoio financeiro da Comissão Europeia. As opiniões e comentários expressos não refletem necessariamente a opinião oficial da Comissão Europeia.

ESCRITÓRIO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO
PROJETO OIT/CE “MONITORANDO E AVALIANDO O PROGRESSO NO TRABALHO DECENTE” (MAP)

Relatório da Oficina

Perfil Do Trabalho Decente No Brasil: Um Olhar Sobre As Unidades Da Federação

21 de Maio de 2012
Brasília/DF, Brasil

Este documento foi elaborado pela Organização Internacional do Trabalho
com financiamento da União Europeia no âmbito do Projeto OIT / CE
“Monitorando E Avaliando O Progresso No Trabalho Decente” (MAP)

Organização Internacional Do Trabalho
Brasília e Genebra

Janeiro 2013

As publicações da Secretaria Internacional do Trabalho gozam da proteção dos direitos autorais sob o Protocolo 2 da Convenção Universal do Direito do Autor. Breves extratos dessas publicações podem, entretanto, ser reproduzidos sem autorização, desde que mencionada a fonte. Para obter os direitos de reprodução ou de tradução, as solicitações devem ser dirigidas a Publicações OIT (Direitos do Autor e Licenças), *International Labour Office*, CH-1211 Geneva 22, Suíça, ou por e-mail: pubdroit@ilo.org. Os pedidos serão bem-vindos.

Bibliotecas, instituições e outros usuários registrados no Reino Unido - Copyright Licensing Agency, 90 Tottenham Court Road, London W1T 4LP [Fax: (+44) (0)20 7631 5500; email: cla@cla.co.uk], nos Estados Unidos - Copyright Clearance Center, 222 Rosewood Drive, Danvers, MA 01923 [Fax: (+1) (978) 750 4470; email: info@copyright.com] ou em outros países com a Associated Reproduction Rights Organizations., (fotocópias são permitidas desde que em acordo com as licenças usuais para esses propósitos).

ILO Cataloguing in Publication Data

Perfil do trabalho decente no Brasil: um olhar sobre as unidades da Federação: 21 de Maio de 2012, Brasília/DF, Brasil : relatório da Oficina / Organização Internacional Do Trabalho ; Projeto OIT / CE "Monitorando E Avaliando O Progresso No Trabalho Decente "(MAP). - Brasília: OIT, 2013

ISBN 978-92-2-827370-0 (print); 978-92-2-827371-7 (web pdf)

ILO Office in Brazil

decent work / employment / role of ILO / technical cooperation / Brazil

13.01.1

As designações empregadas nas publicações da OIT, segundo a praxe adotada pelas Nações Unidas, e a apresentação de material nelas incluídas não significam, da parte da Secretaria Internacional do Trabalho, qualquer juízo com referência à situação legal de qualquer país ou território citado ou de suas autoridades, ou à delimitação de suas fronteiras.

A responsabilidade por opiniões expressas em artigos assinados, estudos e outras contribuições recai exclusivamente sobre seus autores, e sua publicação não significa endosso da Secretaria Internacional do Trabalho às opiniões ali constantes.

Referências a firmas e produtos comerciais e a processos não implicam qualquer aprovação pela Secretaria Internacional do Trabalho, e o fato de não se mencionar uma firma em particular, produto comercial ou processo não significa qualquer desaprovação.

Este documento foi elaborado com o apoio financeiro da Comissão Européia. As opiniões e comentários expressos não refletem necessariamente a opinião oficial da Comissão Européia.

As publicações da OIT podem ser obtidas nas principais livrarias ou no Escritório da OIT no Brasil: Setor de Embaixadas Norte, Lote 35, Brasília - DF, 70800-400, tel.: (61) 2106-4600, ou no *International Labour Office*, CH-1211. Geneva 22, Suíça. Catálogos ou listas de novas publicações estão disponíveis gratuitamente nos endereços acima, ou por e-mail: vendas@oitbrasil.org.br

Visite nossa página na Internet: www.oitbrasil.org.br

Impresso pela Escritório da Organização Internacional do Trabalho, Genebra, Suíça.

Conteúdo

1.	Objetivos da oficina	5
2.	Participantes	7
	Relação de Participantes da Oficina:.....	7
3.	Programação da oficina – 21 de maio de 2012	9
4.	Boas-vindas e objetivos	10
5.	Apresentação da dinâmica de trabalho da oficina.....	11
6.	Estrutura e principais resultados do relatório.....	11
7.	Comentários e sugestões dos participantes	13
8.	Síntese das sugestões	19

1. Objetivos da oficina

O Escritório da OIT no Brasil vem desenvolvendo, com o apoio da Comissão Europeia (CE), o projeto “Monitorando e Avaliando o Progresso no Trabalho Decente (MAP)”, que trabalha conjuntamente com agências governamentais (incluindo os Ministérios do Trabalho), Institutos Nacionais de Estatística, organizações de empregadores e trabalhadores e institutos de pesquisa, com o objetivo de fortalecer a capacidade dos países em desenvolvimento em matéria de monitoramento e avaliação do progresso em termos do trabalho decente. Trata-se de um projeto piloto em âmbito mundial, que abarca dez países, sendo dois deles na América Latina participam (Brasil e Peru).

Financiado pela União Europeia, o projeto “Monitorando e Avaliando o Progresso no Trabalho Decente (MAP)” irá ajudar a resolver esta necessidade. Ao longo de um período de quatro anos (2009 a 2013), o projeto funcionará com organismos governamentais (incluindo os Ministérios do Trabalho), Institutos Nacionais de Estatística, organizações sindicais e patronais e instituições de pesquisa para reforçar a capacidade dos países em desenvolvimento e transição para, em regime autônomo, monitorarem e avaliarem o seu progresso rumo ao trabalho decente. O projeto abrange vários países em todas as grandes regiões na África, Ásia, Europa e América Latina. O projeto apoia o desenvolvimento de uma metodologia global para reforçar a capacidade dos países em desenvolvimento e transição para, em regime autônomo, monitorarem e avaliarem o seu progresso rumo ao trabalho decente.

O projeto irá: 1. facilitar a identificação de indicadores de trabalho decente que sejam relevantes a nível nacional; 2. apoiar a coleta de dados, a elaboração de questionários, sondagens e gestão da base de dados; e 3. utilizar os dados coletados para uma análise de política integrada de trabalho decente, a fim de os tornarem relevantes para a concepção de políticas. Atividades incluídas no projeto: preparação de estudos retrospectivos nacionais; workshops de consulta nacional para identificar indicadores de trabalho decente; workshops nacionais sobre indicadores de trabalho decente; apoio aos institutos nacionais de estatística e outras instituições relevantes; preparação de estudos nacionais sobre trabalho decente, chamados Perfis Nacionais de Trabalho Decente; workshops tripartites de validação para divulgação dos resultados dos Perfis Nacionais de Trabalho Decente e formulação de recomendações de políticas para agilizar as políticas nacionais.

Após o lançamento do *Perfil do Trabalho Decente no Brasil* (em dezembro de 2009), brevemente será lançado um novo relatório, que, além de atualizar o estudo nacional - para dar continuidade ao processo de monitoramento e avaliação do Trabalho Decente no país - trará como novidade a abordagem sobre a situação do trabalho decente nas 27 unidades da federação que compõem o país, durante o período de 2004 a 2009, além de agregar informações do Censo Demográfico 2010 e de diversos registros administrativos.

Em consonância com a Atividade 8 do Projeto MAP – OIT/CE – foi realizada uma Oficina com representantes dos empregadores, trabalhadores, governo e representantes da Comissão Europeia, Ministério da Fazenda e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o intuito de apresentar e discutir os principais resultados do novo relatório sobre o Perfil do Trabalho Decente no Brasil e obter sugestões de possíveis desdobramentos em termos de políticas de promoção do Trabalho Decente.

2. Participantes

Foram convidados para participar da Oficina representantes dos Empregadores, dos Trabalhadores e do Governo, bem como representantes da União Européia, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Fórum Nacional das Secretarias Estaduais do Trabalho (FONSET).

Relação de Participantes da Oficina:

1. Representantes dos Empregadores

- Rafael Ernesto Kieckbusch – Unidade de Relações do Trabalho e Desenvolvimento Associativo – Também representante do Sr. Dagoberto Godoy - Confederação Nacional da Indústria (CNI)
- Lidiane Nogueira – Advogada da Divisão Sindical - Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)
- Joicy Damares - Confederação Nacional da Saúde (CNS)
- Nilson Souza e Rafael Viveiros - Confederação Nacional do Transporte (CNT)
- Cristiane Galvão Camelo Dombrow - Assessora Técnica - Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

2. Representantes dos Trabalhadores

- Manoel Messias Nascimento Melo – Secretário Nacional de Relações do Trabalho - Central Única dos Trabalhadores (CUT)
- Joilson Cardoso – Secretário Adjunto de Relações Institucionais - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CBT)
- Ubiraci Dantas de Oliveira (Presidente) - Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB)
- Sergio Augusto Jury Arnoud - Diretor de Relações Internacionais - Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST)
- Lourenço Ferreira do Prado – presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (CONTEC) - União Geral dos Trabalhadores (UGT)
- Clóvis Scherer e Lilian Marques – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)
- Valdir Lima - Força Sindical (FS)

3. Representantes do Governo

- Sergio Paixão - Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
- Rogério Sottilli – Secretário Executivo - Secretaria Geral da Presidência (SG/PR)

-
- Rogério Nagamine – Diretor do Departamento do Regime Geral da Previdência Ministério da Previdência Social (MPS)
 - Gláucia Fraccaro – Coordenadora de Programas e Ações do Trabalho Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM)
 - Eunice Léa Moraes – Gerente de Projetos Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)
 - Jorge Abrahão – Diretor de Estudos e Políticas Sociais - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

4. Convidados

- Rosana Tomazini – Assessora do Programa de Cooperação da Delegação da União Europeia no Brasil - Representante da União Europeia
- Cimar Azeredo Pereira – Coordenador de Estatísticas Domiciliares - Representante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
- Antonio Carlos Camargo - Assessor Técnico do Departamento de Relações de Trabalho da Secretaria Estadual do Trabalho do Paraná - Representante do Fórum Nacional das Secretarias Estaduais do Trabalho (FONSET)

3. Programação da oficina – 21 de maio de 2012

09h 00 – 09h 30	Boas Vindas e Objetivos da Oficina – Laís Abramo , Diretora do Escritório da OIT no Brasil e Rosana Tomazini , Assessora do Programa de Cooperação da Delegação da União Europeia no Brasil.
09h 30 – 09h 45	Apresentação dos Participantes
09h 45 – 10h 45	Apresentação da Dinâmica de Trabalho da Oficina, Aspectos Metodológicos, Estrutura e Principais Resultados do Relatório Perfil do Trabalho Decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação durante a segunda metade da década de 2000 – José Ribeiro , Coordenador Nacional do Projeto <i>Monitorando e Avaliando o Progresso no Trabalho Decente</i> – MAP, OIT/Brasil.
10h 45 – 11h 00	Pausa para Café
11h 00 – 12h 30	Bloco I – Comentários dos Participantes sobre os principais resultados e sugestões de possíveis desdobramentos em termos de políticas de promoção do Trabalho Decente das seguintes dimensões: Contexto Socioeconômico, Oportunidades de Emprego, Rendimentos Adequados e Trabalho Produtivo, Estabilidade e Segurança no Trabalho.
12h 30 – 13h 30	Pausa para o Almoço
13h 30 – 15h 00	Bloco II - Comentários dos Participantes sobre os principais resultados e sugestões de possíveis desdobramentos em termos de políticas de promoção do Trabalho Decente das seguintes dimensões: Trabalho a ser Abolido, Seguridade Social e Ambiente de Trabalho Seguro.
15h 00 – 15h 15	Pausa para Café
15h 15 – 16h 45	Bloco III - Comentários dos Participantes sobre os principais resultados e sugestões de possíveis desdobramentos em termos de políticas de promoção do Trabalho Decente das seguintes dimensões: Jornada de Trabalho Decente, Conciliação Trabalho e Família, Igualdade de Oportunidades e de Tratamento no Emprego e Diálogo Social.
16h 45 – 17h 30	Síntese das sugestões e possíveis desdobramentos em termos de políticas de promoção do Trabalho Decente.

4. Boas-vindas e objetivos

A Diretora do Escritório da OIT no Brasil, Dra. Laís Abramo, fez uma breve introdução à temática, apresentando os antecedentes e histórico do *Projeto Monitorando e Avaliando o Progresso no Trabalho Decente (MAP)*, desenvolvido pela OIT com o apoio da Comissão Europeia (CE).

A breve retrospectiva seguiu um caráter cronológico:

No ano de 2008 foi constituído um Grupo de Trabalho (composto por técnicos do MTE, OIT, DIEESE, CESIT/UNICAMP, IPEA e IBGE) para elaboração de proposta para a construção de um Sistema de Indicadores de Trabalho Decente no Brasil. Em Setembro de 2008 ocorreu o lançamento do Relatório Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente: a Experiência Brasileira Recente – CEPAL / PNUD e OIT. Em setembro de 2008 é realizada a Reunião Tripartite de Especialistas em Medição do Trabalho Decente (Genebra). Optou-se pela construção de um sistema de indicadores ao invés de um indicador sintético. Em novembro de 2008 o Conselho de Administração da OIT aprovou a idéia que se fizessem experiências-piloto em alguns países para a verificação e adequação da proposta de medição do Trabalho Decente e o Brasil se disponibilizou a trabalhar com a OIT nesta iniciativa. É criado um projeto inter-regional (MAP) de cooperação técnica na área da medição do Trabalho Decente, com o apoio e financiamento da Comissão Europeia. Em julho de 2009 iniciou-se o projeto no Brasil e em agosto do mesmo ano foi realizada em Brasília-DF uma Oficina de Consulta Tripartite em Indicadores de Trabalho Decente. Em setembro do mesmo ano foi apresentado o Perfil do Trabalho Decente no Brasil e atualmente (2012) ocorre a discussão da 2ª Versão do Perfil do Trabalho Decente no Brasil.

Outras atividades foram mencionadas pela Diretora no âmbito de complementaridade da 2ª Versão do Perfil: parceria com o IBGE - possível construção de uma pesquisa suplementar domiciliar em temas de trabalho decente e a construção de indicadores municipais (projeto piloto a ser implementado no Brasil) - e o papel do FONSET nos relatórios estaduais. As próximas atividades previstas foram: reunião Genebra, discussão sobre os indicadores (em junho de 2012) e o seguimento do Projeto (2013).

A Representante da delegação da União Européia, Sra. Rosana Tomazini, obteve a palavra e agradeceu o convite de estar no lançamento e chamou a atenção para o fato do Projeto (MAP) estar inserido em um projeto maior denominado *Investing People*. Em seguida, apresentou o Projeto MAP como um importante intercâmbio/iniciativa dentro da sociedade civil para uma troca de experiências entre os países e por último apresentou as dificuldades de mapear e estudar um país tão diverso como o Brasil, ressaltando, neste contexto, a pertinência e importância do novo relatório apresentar Indicadores de Trabalho decente para as 27 Unidades da Federação. Comentou a importância da educação dentro da parceria de cooperação com a UE – que detém 55% do orçamento da referida cooperação e por último, apresentou, em linhas gerais, a relação da cooperação do Brasil e UE e a continuidade da cooperação após 2013, mesmo sem ser bilateral.

Ao finalizar a apresentação a Diretora Laís Abramo enfatizou o caráter de EMBARGO do trabalho até o lançamento nacional em julho/2012.

Após as boas vindas e breve detalhamento dos objetivos da oficina foi feita uma breve apresentação dos participantes.

5. Apresentação da dinâmica de trabalho da oficina

A Diretora Laís Abramo explicou a metodologia que norteou a escolha dos indicadores apresentados na oficina e um pouco da dinâmica de realização da mesma.

O coordenador Nacional do Projeto MAP no Brasil, José Ribeiro, deu ênfase na construção coletiva do trabalho com um todo e a importância das sugestões dadas pelos constituintes da OIT e demais partes envolvidas e agradeceu os colaboradores internos e externos do Projeto. Ao apresentar os aspectos metodológicos detalhou a incorporação dos novos indicadores devido às particularidades do Brasil - dada a sua dimensão e a obtenção de valores tão díspares entre as Unidades da Federação. Explicou ainda algumas características do projeto como a definição, para grande parte dos indicadores, do período compreendido pelos anos de 2004 a 2009 (em função da cobertura total da área rural do país por parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) a partir de 2004 e a importância da desagregação das informações em novas categorias de gênero e raça – homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras. Por fim, apresentou o conjunto das fontes de informação utilizada – com destaque para a PNAD - bem como a de pesquisas específicas como a de características étnico-raciais da população, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (CAGED) entre outras.

6. Estrutura e principais resultados do relatório

O coordenador José Ribeiro apresentou os principais indicadores e resultados para as dez dimensões de medição do Trabalho Decente, além do contexto social e econômico - apresentadas na divisão da estrutura da Oficina em três Blocos - e a disparidade dos indicadores por Unidade da Federação (UF) e entre gênero e raça.

Contexto Econômico e Social

- Apresentação dos principais indicadores, alguns utilizados devido às particularidades do país, como a taxa de analfabetismo funcional.
- Impactos da crise financeira internacional de 2008 refletidos nos indicadores, demonstrando que o país rapidamente se recuperou dos efeitos negativos da crise e manteve a trajetória positiva de promoção do Trabalho Decente.

Oportunidades de Emprego

- Apresentação dos principais indicadores e resultados, enfatizando a manutenção da trajetória de declínio do desemprego, inclusive a um nível menor do que observado no período pré-crise, além do crescimento da Taxa de Formalidade em todas as unidades federativas – ainda que se observe uma desigualdade expressiva entre as mesmas. .

Rendimentos Adequados e Trabalho Produtivo

- Foram apresentados os principais indicadores, destacando-se a significativa evolução do aumento real do salário mínimo e dos rendimentos de modo geral, contribuindo para a redução das desigualdades de gênero e de raça.

Estabilidade e Segurança no Trabalho

- Apresentação dos principais indicadores, com destaque para o aumento médio de tempo de permanência no trabalho principal.

Trabalho a ser Abolido

- Os indicadores evidenciaram a significativa redução do Trabalho Infantil no país e o número de trabalhadores resgatados de condições análogas a de escravo.

Seguridade Social

- Os principais resultados demonstraram a ampliação da proteção social no país em decorrência do aumento da formalidade e dos programas sociais de transferência de renda.

Ambiente de Trabalho Seguro

- Foram apresentados indicadores que demonstram a redução da incidência de acidentes de trabalho e de óbitos por acidentes laborais, evidenciando-se a diversidade das taxas entre as unidades federativas.

Jornada de Trabalho Decente

- A análise dos indicadores demonstrou a redução da proporção de trabalhadores com jornada de trabalho excessiva.

Conciliação entre Trabalho, Vida Pessoal e Vida Familiar

- Apresentação dos principais indicadores com destaque para o tempo de deslocamento casa-trabalho e tempo gasto com afazeres domésticos e no mercado laboral.

Igualdade de Oportunidades e de Tratamento no Emprego

- Foram apresentados indicadores que demonstraram a redução das desigualdades de gênero e de raça e o déficit de trabalho decente existente entre as trabalhadoras domésticas.

Diálogo Social

- Apresentação dos principais indicadores, destacando-se a taxa de sindicalização, negociação coletiva e conflitos trabalhistas, além de uma abordagem sobre a justiça do trabalho.

Empresas Sustentáveis

- Em função da importância das empresas na economia e, conseqüentemente, no mercado de trabalho, este capítulo proposto busca demonstrar o papel central do setor privado, reconhecido como elemento-chave para os desafios do desenvolvimento, incluindo a geração de emprego e a promoção do Trabalho Decente. Foram apresentados indicadores e análises relativos às empresas, que podem desempenhar um importante papel nas políticas e ações em prol da promoção do Trabalho Decente, espera-se também contribuir para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da metodologia de medição do Trabalho Decente.

7. Comentários e sugestões dos participantes

BLOCO I

Dimensões: Contexto Socioeconômico, Oportunidades de Emprego, Rendimentos Adequados e Trabalho Produtivo, Estabilidade e Segurança no Trabalho

A Diretora Dra. Laís Abramo apresentou como seria feita a discussão/organização no primeiro bloco a partir das perguntas dadas aos participantes sobre os indicadores apresentados.

O participante **Jorge Abrahão (IPEA)** relatou a experiência de trabalho no âmbito da juventude e comentou os pontos do relatório que serão discutidos pelo IPEA; elogiou a utilização da pesquisa Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) do IPEA, que evidenciou a importância do emprego e salário no combate à pobreza, sobretudo o papel valorado pela população com relação ao emprego e convidou a OIT para o lançamento do Relatório de acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMS). Sobre o tema **Contexto socioeconômico** o participante comentou a ausência do tema contexto político e a importância da política para o tema trabalho e questionou a inexistência de dados de pobreza, mortalidade infantil, mortalidade materna e de alguns indicadores sociais. Apresentou como sugestão uma publicação do IPEA com indicadores sociais e econômicos, de 2001 a 2009, que poderia contribuir ao relatório. Dentro de **Oportunidades de Emprego** sugeriu que os resultados fossem apresentados dentro do âmbito de igualdade de oportunidades como, por exemplo, o tema máquina pública para gerar emprego e renda. Por último sinalizou que faltou aprofundar a questão do rural e urbano (distinções muito profundas no trabalho e na renda).

O participante **Messias (CUT)** afirmou estar apreensivo com a publicação dos relatórios estaduais assim como a dificuldade de implementar políticas públicas para os diversos estados e que o Relatório confirmou os desafios verificados pelas sindicais brasileiras. Para o participante, o conceito de ocupados apresenta uma média que pode esconder alguns dados, como a questão da proteção social no Brasil e a informalidade. Chamou a atenção para o fato das desigualdades de gênero, racial e entre espaços modernos e não modernos. Outra questão levantada foi a da qualificação nos **Empregos Verdes** devido a sua importância na inserção dos jovens no mercado de trabalho e a alta entrada de deficientes físicos e mentais no setor de telecomunicações que é considerado “emprego verde”. No que diz respeito à **Juventude** o participante apontou a existência de um quadro dramático e a questão do papel da política nessa questão (ausência de esforço do poder Legislativo para políticas nessa área). Sugeriu uma maior tramitação de questões associadas ao mundo do trabalho no Legislativo, tanto sobre o trabalho no geral, como o aumento da formalidade, quanto sobre o trabalho dos jovens (redução da idade mínima). Por último, levantou a questão de migrações internas, sobretudo no interior de alguns estados.

A participante **Lílian (DIEESE)** apresentou um pouco de sua experiência pessoal no DIEESE e retratou melhoras pontuais de alguns indicadores de determinados estados (Piauí) e piora em alguns (Alagoas). Em relação aos **Empregos Verdes** ponderou sobre a existência de uma polêmica em relação ao conceito, na divisão das categorias consideradas como Empregos Verdes e a falta de aprofundamento na discussão sobre a questão. Quanto à **Juventude**, afirmou que o tema possui alguns dados muito preocupantes como o dos jovens que não estudam nem trabalham e o contraponto com a ideia de escassez de mão-de-obra no estado do Mato Grosso. A dimensão do trabalho da mulher foi considerada preocupante também (foi levantada a questão da diferença de gênero e jornada de trabalho). Uma sugestão apresentada pela participante foi a de detalhamento no Relatório

do rendimento por hora além de rendimento mensal, pois principalmente no caso das mulheres e domésticas, a remuneração é por hora. Por último, a participante chamou a atenção da questão do rural e do trabalho não remunerado associado a esse setor.

O coordenador **Ribeiro (OIT)** respondeu aos participantes e expôs que uma questão inerente ao relatório é o da sua universalização e de seu poder de comparação internacional (não é possível colocar todas as dimensões e abarcar mais indicadores). Ao participante **Jorge Abrahão (IPEA)**, respondeu que as questões de migração e mortalidade estão presentes no trabalho, assim como o trabalho rural e as questões associadas à agropecuária (dados retirados do censo agropecuário do IBGE). Ao participante **Messias (CUT)** respondeu que sobre os empregos verdes o objetivo é apenas introduzir o tema, disponibilizar dados inéditos para os estados e que várias inovações do Censo 2010 podem ajudar o trabalho de desenvolvimento metodológico e o tratamento do conceito de empregos verdes. Quanto à Juventude afirmou que existe uma parte do relatório sobre o tema e que alguns estados persistem em ocupar os piores índices como o Piauí, Roraima, Maranhão, Alagoas. Por último, respondeu a participante **Lilian (DIEESE)** que existe no Relatório tabela de rendimento médio por hora e que o trabalho não remunerado também é tratado. O coordenador enfatizou que existe um tópico sobre trabalhadores migrantes e migração no país – medição da emigração, quantidades de imigrantes etc - e que a questão sobre pessoas com deficiência também será abordada no Relatório dentro da dimensão Igualdade de oportunidades e de tratamento no emprego.

O participante **Ubiraci (CGTB)** parabenizou o trabalho e relatou algumas dificuldades inerentes ao trabalho do relatório como as dificuldades da pesquisa em relação a possível defasagem de indicadores da dimensão de Contexto Socioeconômico (de 2009) em relação a 2011 e 2012 e apresentou apreensão de retorno a algumas políticas e limites ao trabalho. Por fim relatou experiências e dificuldades do ramo da construção civil em Minas Gerais: a necessidade de alimentação dos empregados (auxílio obrigatório de almoço), a informalidade e a qualificação dos trabalhadores, pois há um alto índice de analfabetismo dentre esses trabalhadores. Afirmou a dificuldade de obtenção de empréstimos junto ao BNDES por parte das micro e pequenas empresas. E por último assinalou a importância da Lei de Igualdade de Oportunidades para reduzir a desigualdade salarial.

O participante **Clóvis (DIEESE)** iniciou sua ponderação com dúvidas quanto ao indicador sobre produtividade do trabalho. Quanto ao tema **Juventude** chamou atenção para o fato de que a Taxa de desocupação juvenil é muito agregada e a importância de também desagregar por faixa etária o indicador *Jovens que não estudam nem trabalham*. Para o participante a questão dos **Empregos Verdes** é a sua dificuldade de conceituação e uma possível elucidação sobre isso pode ser possível na “Rio +20”, e como seria uma comparação entre Empregos Verdes e os ditos empregos “normais”. Por último, apontou a importância dos indicadores de progresso e avaliação por setor, especialmente na construção civil.

Para o participante **Joílson (CBT)** os dados evidenciam que o crescimento só não basta e que é necessário o desenvolvimento equilibrado que contribua à redução das desigualdades. O participante questionou o conceito de empregos verdes e contrapôs os conceitos de economia sustentável e economia verde. Ponderou que a realidade brasileira pode apresentar surpresas positivas e negativas e que existem dificuldades de Estados específicos em progredir em termos sociais, econômicos e Trabalho Decente. Chamou a atenção para a questão do rural e da agricultura familiar e que faltou cruzar esses dados com a questão da qualificação profissional e migração para se aprofundar a análise.

O participante **Rafael (CNI)** apresentou dificuldades de entendimento quanto ao uso do indicador da produtividade do trabalho e que existe divergência sobre o cálculo do indicador. No âmbito de **Oportunidades de Emprego** questionou a possibilidade de ser realizar alguma prospecção em relação aos ocupados que estão no mercado e uma possível

relação com **Empregos Verdes**, e o perfil do futuro profissional no Brasil: a inserção dos jovens em termos de capacitação (questão dos cursos profissionalizantes, de cursos sendo formados e estrutura dos cursos no Brasil com a predominância de alguns cursos sobre outros). Para o participante, há a necessidade de entender melhor o tema. Sobre o **Contexto Socioeconômico** os temas educação e empresas sustentáveis poderiam ser mais explorados como, por exemplo, abordar a arrecadação de impostos das empresas sustentáveis.

O participante **Camargo (FONSET)** parabenizou a OIT pela iniciativa de ampliar o relatório em nível municipal no futuro e sugeriu a criação de conselhos municipais para monitorar as políticas públicas implementadas. Ponderou se a questão da economia solidária foi implementada e levantou o tema da qualificação profissional e educacional para os trabalhadores domésticos e a necessidade de atuar para que não existem mais diferenças entre tais trabalhadores e os demais.

O participante **Cimar (IBGE)** assinalou a importância de aumento da formalização do emprego como passaporte para a cidadania e de um estudo sobre o tema para os diversos setores das categorias desagregadas. Para o participante uma característica do trabalho doméstico é a informalidade e por isso a educação é tão importante para o setor. Elogiou o uso da Pesquisa de Características Étnico-Raciais da População no Relatório e sugeriu o uso dos resultados do Censo 2010 sobre migração, assim como não usar, na parte referente à **Juventude**, o indicador “não estuda e não trabalha para jovens de 15 a 24 anos” (pois o corte deve ser a partir dos 16 anos e não 15). Afirmou que há dados de qualificação disponíveis na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) e que a parte sobre afazeres domésticos deveria constar na PNAD contínua, de maneira mais desagregada. Reiterou que o Banco de Dados Agregados do IBGE (SIDRA) pode ser utilizado para obtenção de dados municipais e ponderou quais indicadores deveriam entrar na PNAD contínua. Por último, apontou um possível estudo sobre as condições dos brasileiros migrantes quando retornam ao Brasil.

O participante **Rogério (MPS)** parabenizou a realização do Relatório e ponderou quanto ao uso de um indicador no âmbito da Previdência Social, pois enquanto o Ministério da Previdência utiliza como critérios segurado especial (rural), beneficiário de algum tipo de auxílio e trabalhador do mercado informal a OIT utiliza somente a população ocupada. Chamou a atenção para o enorme contingente de Jovens que trabalham e não contribuem para a previdência Social. Outro quadro apontado pelo participante é sobre a Proteção social dos idosos – quais recebem aposentadorias e pensões e sobre o indicador utilizado tradicionalmente. No tocante ao Trabalho doméstico assinalou que a contribuição à previdência dos trabalhadores domésticos é baixíssima, com um aumento de apenas 20 mil contribuintes em três anos. Sugeriu o indicador número de trabalhadores com pelo menos uma contribuição por ano e quantas contribuições o trabalhador faz por ano. Por último pontuou o aumento da participação das diaristas como contribuinte individual.

O coordenador **José Ribeiro** respondeu ao segundo grupo de participantes. Ao participante **Rafael (CNI)** informou que o indicador utilizado na evolução da produtividade do trabalho foi o mesmo usado pelo IPEA em estudo recente, nas categorias mais gerais e o sugerido na Oficina realizada em 2009. Ao participante **Clóvis (DIEESE)**, sobre o questionamento do Desemprego juvenil, deu ênfase para o caráter piloto do estudo e a dificuldade de desagregar por faixa etária em decorrência da dificuldade de reproduzir os dados no recorte territorial para os estados e que, no nível nacional, os dados referentes aos jovens foram desagregados. Quanto à qualificação profissional – a dimensão Igualdade de Oportunidades e de Tratamento no Emprego abarcou o tema a partir do suplemento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). No que diz respeito a um estudo de prospecção ocupacional o coordenador afirmou que existiu uma conversa preliminar para que se possa, no futuro, desenvolver no país uma metodologia sobre projeções ocupacionais. Lembrou a existência de um trabalho do IPEA sobre o tema para as grandes

regiões. Quanto à inclusão da arrecadação de impostos das empresas sustentáveis o coordenador afirmou que é um desdobramento futuro do Relatório e que seria recomendável realizar reuniões futuras sobre o tema. Por último, foi expressa a importância do Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica (PRONATEC) e a dificuldade de obtenção de dados sobre Economia Solidária.

BLOCO II

Dimensões: Trabalho a ser Abolido, Seguridade Social e Ambiente de trabalho Seguro

O participante **Ubiraci (CGTB)** pediu a palavra e deu ênfase nos três aspectos associados aos empregados da construção civil, já mencionados no bloco I. O coordenador **José Ribeiro (OIT)** orientou o trabalho a ser realizado no bloco II quanto às dimensões a serem trabalhadas.

O participante **Rafael (CNI)** questionou no âmbito do tema **Ambiente de Trabalho Seguro** se as estatísticas utilizadas são aquelas que constam no anuário estatístico ou se é um dado mais específico e afirmou que a retirada da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) registrada foi uma perda para as estatísticas. Sugeriu um possível desdobramento por Classificação Internacional de Doenças (CID) e por setor sobre a questão das doenças e acidentes do trabalho, especialmente por trajeto e afirmou a dificuldade de obtenção de dados inferiores a 15 dias, em relação aos acidentes. O coordenador **Ribeiro (OIT)** respondeu que os dados sobre acidentes de trabalho nos estados serão tratados de maneira mais desagregada e que a série trabalhada de 2008 e 2010 é utilizada justamente por causa da questão da CAT registrada e da mudança envolvida. O coordenador sugeriu ainda o acesso a microdados como possível forma de aprofundar o entendimento da questão. O participante **Rafael (CNI)** ponderou que as grandes empresas têm incidência maior de CAT por haver mais acidentes e do trabalho também.

O participante **Messias (CUT)**, no âmbito da **Seguridade Social (Previdência)** levantou a dificuldade de construção de estatísticas fora do Ministério da Previdência (ou do Trabalho) em relação ao acesso ao auxílio-doença e previdenciário. Relatou a existência de esforço de inclusão do microempreendedor individual, donas de casa para aumentar a cobertura da proteção da seguridade social e indagou acerca de quais os efeitos na informalidade dessas ações de proteção social. Chamou a atenção para a invisibilidade das relações de trabalho ao qual as trabalhadoras domésticas foram levadas. No que toca o **Trabalho a ser Abolido** ponderou que o único dado existente é o de trabalhadores resgatados e sugeriu a possível inclusão do setor de origem desses trabalhadores.

O participante **Clóvis (DIEESE)** afirmou que as informações qualitativas deveriam acompanhar as informações quantitativas disponíveis e que o Trabalho infantil deve ser desagregado por urbano e rural. Relatou a experiência de Santa Catarina, a questão cultural do estado e as peculiaridades envolvidas na questão do trabalho infantil urbano e rural.

A participante **Eunice (SEPPPIR)** ponderou a possibilidade de disponibilidade dos dados por sexo e cor para os acidentes do trabalho assim como por setor de atividade e para as trabalhadoras domésticas.

A Diretora **Láís Abramo (OIT)** interveio para tratar de algumas questões. No que diz respeito aos **Jovens**, afirmou que o fórum nacional do trabalho decente para os jovens realizado no início de maio tratou sobre a proteção social para a juventude e que valeria a pena fazer uma reavaliação sobre o trabalho de 2008 realizado pela OIT (pelo Rogério Nagamine), como possível desdobramento a ser aprofundado - questão dos jovens e a desagregação por faixa; adolescentes trabalho e família e jovens mulheres negras. Sobre

Empregos Verdes – a discussão sobre o conceito deveria ser aprofundada e reavaliada. A Relação Anual de Indicadores Sociais (RAIS) foi considerada uma aproximação para os empregos verdes e a atividade de reciclagem não poderia ser considerada como empregos verdes (possível desdobramento). Sobre o Trabalho infantil, afirmou que o Brasil tem estatísticas excelentes enquanto outros países usam aproximações. No caso de trabalho forçado há uma estimativa no relatório de 2005 e uma discussão sobre nova metodologia. Para a Diretora é fundamental desagregar acidentes por sexo e raça e setor. Sobre saúde e segurança há um trabalho desenvolvido pelo Serviço Social da Indústria (SESI) com o Canadá, considerado uma boa experiência.

O coordenador **José Ribeiro (OIT)** respondeu aos participantes do II Bloco de Discussões. Ponderou antes que, sobre o Trabalho Forçado, foram utilizadas informações de trabalhadores resgatados que recebem bolsa-família e que o Trabalho Infantil está totalmente desagregado por urbano e rural. Em resposta ao participante **Messias (CUT)** informou que o relatório inclui outras informações relacionadas à inclusão previdenciária – a exemplo dos microempreendedores individuais e donas de casa. Informou que os indicadores desagregados foram utilizados de acordo com a disponibilidade existente dos dados e em relação aos acidentes de trabalho por sexo, cor e setor, destacou que o desafio a alcançar no futuro é o de desagregar os dados, numa iniciativa junto ao Ministério da Previdência. Sobre a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST) e a utilização de indicadores o coordenador informou que o relatório traz essas informações.

A participante **Lílian (DIEESE)** afirmou que o contingente de crianças no Trabalho infantil rural é muito elevado e que na agricultura familiar existe uma cultura de trabalho infantil, mas que não deveria ser considerado trabalho como os outros; sugeriu separar as crianças que estudam, o tipo de jornada e se frequentam ou não a escola. Sugeriu ainda fazer uma referência no relatório sobre a peculiaridade do trabalho infantil na agricultura, mais especificamente, no setor agropecuário (considerar mais de três horas, por exemplo).

O participante **Camargo (FONSET)** sugeriu que os Acidentes de trabalho fossem separados por idade também. Sugeriu colocar os acidentes por rede credenciada e não só pelo SUS.

O participante **Ubiraci (CGTB)** ponderou sobre o número de óbitos na construção civil e as dilacerações causadas por péssimas condições de trabalho e sugeriu um indicador de medição para isso. Ponderou ainda sobre o trabalho escravo na construção civil e na área rural.

O coordenador **Ribeiro (OIT)** apresentou algumas informações com relação ao Censo agropecuário de 2006 (IBGE): o tratamento pioneiro da agricultura familiar e não familiar; estimação do número de ocupados com menos de 14 anos no setor e o percentual destas vinculados a agricultura familiar. Com a PNAD contínua (do IBGE) espera-se que sejam disponibilizadas mais informações a esse respeito e haverá um levantamento específico sobre trabalho infantil.

A Diretora **Laís Abramo (OIT)** interveio e citou a melhoria dos indicadores em termos do trabalho infantil – redução pela metade desde o ano de 1992. Por faixa etária, houve uma diminuição do trabalho infantil na faixa de 05 a 09 anos e comentou a possível erradicação do trabalho infantil na mesma. Citou o aprimoramento das políticas de erradicação do trabalho infantil, destacou as dificuldades inerentes ao combate ao trabalho infantil doméstico e mencionou o projeto da OIT de criar uma zona livre de Trabalho Infantil no Estado da Bahia. Por último, afirmou a dificuldade de mensurar o trabalho infantil na agricultura. Elucidou o conceito de trabalho infantil leve (2008), medido por número de horas e atividades e afirmou que no Brasil tal conceito não é aceito e não existe uma exceção, porém, a discussão sobre o tema é permanente.

A participante **Lílian (DIEESE)** ponderou que indicador sobre trabalho infantil deve levar em consideração se estuda e não estuda e do aumento da frequência a escola em conjunto ao trabalho na agricultura. A participante **Eunice (SEPPIR)** assinalou que os institutos deveriam ser consultados em relação à formação de indicadores de trabalho infantil. O participante **Clóvis (DIEESE)** levantou a questão sobre o número de aprendizes que seria necessário para cumprir as cotas e os que estão ocupados atualmente.

O participante **Valdir Lima (Força Sindical)** apresentou alguns desdobramentos possíveis no que diz respeito ao **Ambiente de Trabalho Seguro**: os empresários estão atrasados em convenções coletivas de segurança e saúde no trabalho e a OIT deveria auxiliá-los nessa área assim como na fiscalização das máquinas. Sugeriu a ampliação do tripartismo (integração) e uma exigência maior na liberação de alvarás assim como a ampliação da divulgação das estatísticas da área da saúde e segurança no trabalho.

O coordenador **Ribeiro (OIT)** respondeu ao participante **Ubiraci (CGTB)** que há possibilidades de desagregar os dados de acidentes de trabalho por setor, a exemplo da Construção Civil, mas que fugia ao escopo do atual relatório. Tratando-se do trabalho infantil, ponderou que há necessidade da realização de pesquisas de natureza qualitativa que possam dar conta dos aspectos complexos e multidimensionais trazidos pelos participantes.

O participante **Cimar (IBGE)** esclareceu alguns pontos sobre o **Trabalho Infantil**: haverá um fórum sobre o tema que apresentará questionário sobre o trabalho infantil; a existência de dificuldade da PNAD em mensurar trabalho infantil na faixa de 05 a 09 anos. A PNAD contínua abarcará 3.600 municípios e 15.000 setores censitários e permitirá uma melhor aproximação para a obtenção de estatísticas na área de pobreza e do trabalho infantil (maior precisão dos dados).

BLOCO III

Dimensões: Jornada de Trabalho Decente, Conciliação Trabalho e Família, Igualdade de Oportunidades e de Tratamento no Emprego e Diálogo Social

O participante **Messias (CUT)** abordou os temas de excesso de jornada para os trabalhadores assalariados, de uma possível subjornada dos servidores públicos e questionamentos sobre os grupos de trabalhadores que possuem jornada acima de 44 horas, principalmente dentre os informais, pois tomar o conjunto de pessoas ocupadas esconde as diferenças entre formal e informal. Levantou a questão sobre emprego público e setor privado.

Participante **Rafael (CNI)** abordou a questão dos Empregos Verdes e Empresas Sustentáveis – tema tributário (relação entre arrecadação de impostos e o porte das empresas).

O participante **Clóvis (DIEESE)** chamou atenção para a importância do Diálogo Social dentro das Empresas.

A participante **Eunice (SEPPIR)** chamou atenção para a importância da discussão sobre a relação do racismo e do sexismo com o Trabalho Decente.

8. Síntese das sugestões

- Reformular e reforçar as Comissões Estaduais e Municipais de Emprego – os indicadores de Trabalho Decente representam um subsídio muito importante para as políticas locais;
- Realização de projeções sobre ocupações no futuro, principalmente sobre temas ligados à educação profissional;
- Aprofundar a discussão sobre Empresas Sustentáveis, inclusive no tocante ao tratamento tributário quanto à arrecadação dos impostos pelas empresas;
- Aprofundamento da discussão sobre o conceito de Empregos Verdes;
- Introduzir a dimensão contexto político, juntamente ao contexto social e económico;
- Desagregar as informações de acidentes do trabalho por sexo e setor de atividade económica;
- Promover um amplo debate sobre a questão da mensuração do trabalho infantil;
- Desagregar, quando possível, as faixas etárias nos dados sobre os jovens.

9. Desdobramentos

O Perfil do Trabalho Decente: um olhar sobre as Unidades da Federação foi apresentado e discutido com representantes do governo, das organizações de empregadores e de trabalhadores e brevemente será divulgado e disseminado a nível nacional e das unidades da federação. As sugestões apresentadas serão incluídas em futuras atualizações do perfil.